

Lobby para a divisão de Goiás está fortalecido

M. CAVALHEIRO
Da Editoria de Política

A Subcomissão dos Estados na Constituinte está mesmo decidida a redesenhar o mapa do Brasil, criando novas unidades e virtualmente mexendo nas fronteiras das já existentes. Demonstração inequívoca disto foi dada ontem à noite, em Goiânia, quando após uma longa audiência pública o presidente da Subcomissão, senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI) abriu sessão ordinária em que os dez membros presentes — são 19, ao todo — aprovaram por unanimidade a criação do novo estado, partindo Goiás ao meio. E, de lá, seguiu para Imperatriz, onde o assunto é a criação do Maranhão do Sul. "Esta é a parte das disposições transitórias que nos cabe elaborar", definiu o deputado Siqueira Campos, apresentado pelo chefe do cerimonial da Assembléia Legislativa de Goiás como "o digníssimo relator do projeto do Estado de Tocantins". Foi uma festa e haverá outras: pelo menos quatro novos estados deverão emergir dos trabalhos da Subcomissão, com seu cabedal de governadores, deputados, funcionários públicos...

A única surpresa foi a aprovação já em Goiânia da divisão de Goiás em dois estados. Que o projeto seria aprovado pela Subcomissão, era visível: afinal, ao abrir a audiência pública às 14h45, na Assembléia Legislativa goiana, o senador Chagas Rodrigues ostentava na lapela broche de apoio à criação do Tocantins — e o mesmo faziam o vice-presidente e o relator, deputados Valmir Campelo (PFL-DF) e Siqueira Campos (PDC-GO). Há vozes contrárias, como a do acadêmico Bernardo Elis, mas naquele plenário a unanimidade dava um tom monótono à reunião que se estendeu por quase sete horas.

Entrevistado por uma emissora de rádio local, o senador Chagas Rodrigues disse que a Subcomissão ainda não discutira o assunto, mas observou haver uma unanimidade em torno da divisão do estado. "Enfrentando as outras unidades da Federação, poderemos ser contrários?", indagou, com um sorriso maroto. Enquanto isso, o relator da Subcomissão, deputado Siqueira Campos, classificava o movimento pela criação do Tocantins como uma "luta libertária" e sucediam-se pronuncia-

mentos favoráveis, cheios de um entusiasmo que é até estranho quando os mais desenvolvidos estados atravessam, sem exceções, crises de gravidade bem conhecida.

Os defensores do Tocantins venceriam, às 20h30, a primeira batalha pela criação do novo estado, e membros da Subcomissão afirmavam que pressionarão para que sua posição seja acatada nas próximas fases do processo de elaboração da futura Carta. Estarão unidos para garantir a aprovação do projeto na Comissão da Organização do Estado — que, além daquela subcomissão, inclui as da União, do Distrito Federal e dos Territórios e a dos Municípios e Regiões. Depois, farão o mesmo durante os trabalhos da Comissão de Sistematização e as discussões e votações em plenário.

Tocantins — que na véspera da reunião constituinte na Assembléia Legislativa de Goiás tivera moção de apoio aprovada naquele mesmo plenário — terá, se criado, uma área de quase 290 mil quilômetros quadrados e pouco mais de 1 milhão 100 mil habitantes. Sonha-se com um estado superavitário, no qual serão investidos "Cz\$ 45 bi-

lhões em três anos" e que colherá 10 por cento da produção nacional de grãos, transportados pela futura ferrovia Norte-Sul — projeto polêmico, defendido com unhas e dentes pelo primeiro orador da audiência pública, o governador Santillo, que se penitenciou pela demora em abraçar a causa que acabou se transformando em um de seus "compromissos de campanha".

FUNCIONALISMO

O aceno, quando se cria um novo estado ou um novo município, é invariavelmente o progresso que poderá ser gerado por uma divisão mais justa dos tributos. Na outra face da medalha, porém, está a criação de mais uma máquina administrativa, sujeita aos vícios que campelam nos estados brasileiros e são do conhecimento geral. Quanto a Tocantins, a injustiça tributária e má distribuição dos 142 mil funcionários públicos de Goiás — um para 35 habitantes, aproximadamente.

A ser seguida esta orientação, os contribuintes do que é atualmente o Norte de Goiás decerto contarão com um atendimento melhor, mas terão de sustentar, se mantida aquela proporção, um contingente de cerca de 31 mil barnabés. Hoje, queixa-se o deputado estadual Edmundo Galdino (PMDB), apenas 12 mil daqueles 142 mil funcionários estão lotados acima do paralelo 13 — a virtual fronteira entre Goiás e Tocantins, sendo quase 7 mil deles da área da educação.

Outra queixa é a de que só uma pequena fração das receitas goianas é aplicada no Norte. O economista Célio Costa, um dos defensores do novo estado, afirmou que Tocantins terá o 14º Fundo de Participação dos Estados e contará com uma receita de Cz\$ 2 bilhões contra uma despesa pouco superior a Cz\$ 1 bilhão — o que seria uma situação inédita, e até inacreditável, no Brasil de hoje.

Outros estados poderão surgir

Os membros da Subcomissão dos Estados, que de Goiânia embarcaram ontem para Imperatriz, devem retornar hoje dispostos a aprovar a criação de mais um estado: Maranhão do Sul, que terá como capital a célebre Imperatriz, maior cidade do Bico do Papagaio, região notabilizada pela violência dos conflitos de terra. Esses parlamentares estão inclinados também a aprovar a criação de Santa Cruz, no Sul da Bahia, e de Tapajós, no Pará, fazendo fronteira com aquele estado, o Amazonas, Mato Grosso e, ao norte, com as Guianas. A união dos deputados e senadores interessados na criação desses estados formará um respeitável lobby, voltado a contornar a necessidade de plebiscitos.

Mas a coisa não pára aí. Embora ainda não tenham sido formalmente apresentadas as propostas,

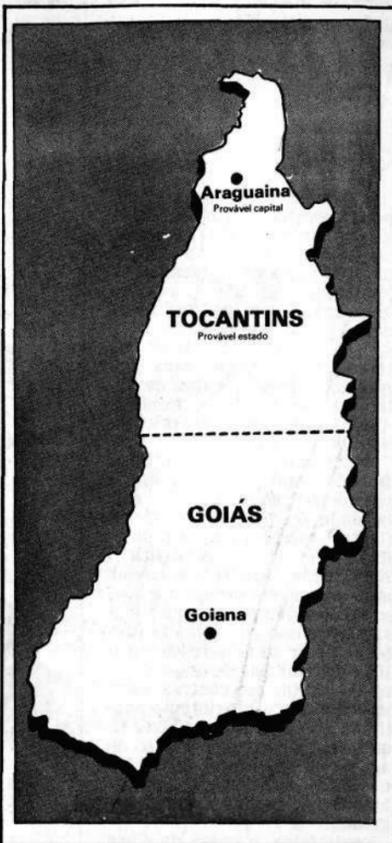
conhecem-se intenções de criar os estados do Rio Negro, no Norte do Amazonas, do Triângulo Mineiro, de Carajás e de São Francisco, este último tomando o Norte de Minas Gerais e uma fração do Sul da Bahia. Existe também a idéia de fundir Sergipe e Alagoas. Pernambuco reivindica um naco da Bahia e há mineiros querendo uma saída para o mar, também através de território baiano. A Bahia, como se vê, se perder todas essas inusitadas brigas, encolherá muito.

LOBISTA

Um movimento formado para criar um novo pauperizado estado, chamado São Francisco, já tem em Brasília ativo lobista. O homem atende pelo nome de Expedito Mendonça, apresenta-se como economista e empresário, interrompe discurso alheio com

uma senhora cara-de-pau e dispõe de verba para distribuir pro-labore entre jornalistas que queiram dar "apoiamento" à sua causa. Ele atacou sábado na Assembléia Legislativa de Goiás e promete frequentar a partir desta semana a Subcomissão dos Estados.

O senhor Expedito fez insólita e repentina aparição na audiência pública de sábado em Goiânia. Falava o economista Célio Costa, quando o lobista subiu à tribuna, pediu uma questão de ordem e começou a ler seu discurso. O senador Chagas Rodrigues cassou-lhe a palavra prometendo devolvê-la depois, o que foi feito. Após seu discurso, procurado pelos repórteres, fez suas propostas: "Temos um pro-labore para o apoiamento pela imprensa", disse a um. "Faça o que puder por nós e nós faremos o que pudermos por você", sugeriu a outro.



Bernardo Elis, uma voz firme contra Tocantins

Da Sucursal

Goiânia — O Estado de Tocantins enfrenta, também, aqueles que são radicalmente contra sua criação. E o caso, por exemplo, do escritor Bernardo Elis, uma das expressões máximas da cultura goiana, membro da Academia Brasileira de Letras, disputando agora o Prêmio Juca Pato de Intelectual do Ano. "Com toda franqueza, com toda lealdade, tenho manifestado meu pensamento contrário à criação do Estado de Tocantins, principalmente porque a mutilação apenas do território goiano é um castigo para o Estado de Goiás num momento muito sério de sua vida".

Revelou que é a favor de uma reforma territorial, que envolva todo o Brasil, mas não isoladamente apenas o Estado de Goiás, desmembrando sua parte Norte. "Acho que a região tem se desenvolvido, apesar das dificuldades que Goiás, como um todo, tem enfrentado". No seu entendimento, a região Norte de Goiás, em confronto

com regiões iguais da Bahia, do Maranhão e até do Pará, está muito mais adiantada do que essas regiões, o que indica que os administradores do Estado procuram desenvolvê-lo como um todo.

Autor de O Tronco único romance de sua obra literária, o escritor riu às gargalhadas quando o repórter lhe indagou se a população da região seria novamente submetida "ao tronco", se houvesse a divisão de Goiás, sem um critério econômico e social que atenda às aspirações do povo da região. "Eu acho que, no momento, a divisão da região Norte é uma má coisa porque Goiás, como um todo, é como se fosse um gato armando o seu pulo para um progresso maior e esta separação vai prejudicar o Estado, pela sua extensão territorial, pela fibra do povo da região Norte, lutador, inteligente, culto".

Lembrou Bernardo Elis que os defensores do Estado de Tocantins trabalharam muito nesse sentido, levantando, principalmente, as condições sócio-econômicas das regiões Norte e Nordeste de Goiás e por isso po-

dem contribuir decisivamente para o progresso conjunto de Goiás.

Entende o escritor que o desmembramento vai enfraquecer substancialmente a representação tanto de Goiás, como do Estado do Tocantins, se for criado no Congresso Nacional e com isso reduz as chances de maior aplicação de verbas, principalmente na região Norte.

Questionado se os defensores da criação do Tocantins estariam então interessados mais nos cargos representativos que seriam criados, como os de governador, vice, deputados estaduais, desembargadores, juizes, etc; que seriam preenchidos pela população da região, Bernardo Elis disse que não gostaria de fazer um julgamento assim tão amplo, porque "se existem pessoas que estão interessadas no Estado do Tocantins por motivos de ordem pessoal, há aqueles que são verdadeiros entusiastas da divisão e vêm defendendo isso há muitos anos, e já ocupam postos importantes tanto em nível federal como estadual, não estando, portanto, atrás de cargos".